

AGRICULTURA E URBANIZAÇÃO

A Intensificação do Capital no Campo e a Nova Relação Rural Urbano no Estado de São Paulo

Sandra Lencioni*

“a geografia urbana não se limita ao estudo das grandes capitais: cidades pequenas apresentam tanto interesse quanto as colmeias urbanas modernas e é quase sempre mais difícil precisar seu mecanismo, o ritmo calmo de sua vida, do que analisar as engrenagens bem lubrificadas, concorrendo a toda velocidade das metrópoles imponentes”**

ABSTRACT

The state of São Paulo as one of the most important agricultural regions in Brazil, was the focus of a research about the relationship between rural and urban. The purpose of this study is to contribute to the theoretical framework related to intermediate cities situated in agricultural areas. In order to accomplish this objective, the cities are examined as a materialization of the general conditions of production, circulation, and consumption, determined historically by the urban capitalism.

The paper shows how the relations of production in the country lead to a specific type of town. At first, during the “colonato”, the city was determined by the circulation conditions that were needed to the coffee production development – railroad stations, warehouses, stores for the rural workers...

Afterwards, there was a considerable reduction in the population of several towns due to the coffee plantation decline, in spite of the internal commerce development. At the same time there was a concentration process of textile industries and population in the capital city.

A third period started in the mid sixties with the capitalist agricultural development that provoked the emergence of the “boias frias” or rural proletariat that lived in the town and worked in the farms. As a result, the slums – “favelas” – appeared in several towns. This urban problem produced by the relations of production does not occur only in the large cities or in the metropolis.

INTRODUÇÃO

O objetivo desse texto é o de contribuir para o debate sobre a questão urbana a partir do estudo da pequena cidade. Procuraremos demonstrar que à semelhança da grande cidade, a pequena cidade, entendida como manifestação da urbanização capitalista, materializa condições gerais necessárias à reprodução do capital.

O entendimento da pequena cidade como fruto de um processo que não difere daquele que conforma as grandes cidades permite questionar aspectos omitidos no debate sobre a problemática urbana. A materialidade urbana manifesta em inúmeras e diferentes cidades é fundamento das condições gerais da produção capitalista conformada por um mesmo processo que não só gera a concentração, como também, o seu contrário: a dispersão.

De início, ao questionarmos sobre a diversidade da dimensão urbana de inúmeras cidades no Estado de São Paulo, constatamos que algumas delas, aparentemente estagnadas, eram transformadas pela presença na mancha urbana, de um cinturão de pobreza.

Em inúmeras pequenas cidades, a percepção do urbano marcado pela presença de bóias-frias, o cenário fantasmagórico das estações de ferro desativadas e as estórias do “tempo do café”, não nos permiti-

(*) – Prof. Assistente do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

(**) – Pierre Monbeig, “Novos Estudos de Geografia Humana”. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1957, p. 36).

ram separar campo e cidade. Alertados por essa percepção da realidade buscamos entender o campo e acabamos por encontrar a essência do urbano. Analisando a relação entre agricultura e urbanização percebemos a importância de ampliarmos a discussão dos chamados problemas urbanos a partir, também, da análise centrada em pequenas cidades e não, como é corrente nestas discussões, restritas às áreas metropolitanas ou aos grandes centros urbanos.

Tomamos como ponto de partida as pequenas cidades do interior inseridas em regiões tradicionalmente agrícolas e que contassem atualmente com uma agricultura bastante capitalizada no sentido de apreendermos os processos de intensificação do capital, mais avançados. Chamou-nos atenção o município de Jardinópolis, distante 303 Km em linha reta da capital do estado no sentido NNO e cerca de 14 Km ao norte da capital regional Ribeirão Preto, cuja população em 1980 era semelhante a de 1918 com cerca de 20.000 habitantes, indicando quantitativamente uma aparente estagnação que não se repete, contudo, na análise da distribuição rural/urbana de sua população, onde em 1980, inversamente a 1918, cerca de 80% da população do município vivia na cidade que havia praticamente dobrado sua área urbana, conformando periferias urbanas. (1) (2).

A constatação da conformação recente de periferias urbanas no interior, como fruto de um processo de intensificação do capital na agricultura – processo esse acompanhado da proletarianização do trabalhador rural – nos remeteu às indagações de como essa periferia havia se gestado e como havia se alterado a relação entre campo e cidade no decorrer da história. Tornara-se imperioso reconstruirmos historicamente a relação entre agricultura e urbanização. De uma problemática atual fomos levados a repensar o passado na dimensão da relação entre a agricultura e o urbano.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS: A QUESTÃO DO LUGAR COMO CATEGORIA NA ANÁLISE DO ESPAÇO

Pesquisar significa a busca de uma construção explicativa da realidade onde o aparente absurdo pode ser até o real e, o mais lógico, o mais enganador. Pesquisar algumas trilhas e fugir de outras torna-se uma aventura que exige tanto cautela como audácia.

O fragmento de um texto de 1708 pode exemplificar a aventura que é a de fazer pesquisa na busca de explicações menos enganadoras. Naquele século

era uma heresia para a Santa Igreja, considerar o Sol como centro por onde gravitava a Terra, como também dizer que a Terra se movia.

“Quando el Autor de todo lo Criado
El Caos desferro del Universo;
Por certo (1) coloco de las Esferas
En la eltherea region el Mundo immenfo.
Es redonda fu forma y es *immobil*,
Aunque movable a algunos (2) le creieron,
Fundondo fe en erradas opinines
Con aparentes pruebas e argumentos (Grifo
Nosso)

(1) Los Copernicos creiran por centro el sol.

(2) Los Copernicos tuieran opinion de que era movable, y que está en el lugar que creemos el sol; loque por Heregia reprueva la S. Iglesia”.

Dom Sebastião Fernandez de Medrado*

As provas e os argumentos dos Copérnicos tiveram que ser muitas, tanto que um século e meio após a morte de Nicolau Copérnico, em 1543, o entendimento do nosso planeta ainda se pautava nas teses de Ptolomeu.

O que podemos chamar de Geografia do século XVIII, há muito está esquecido. No entanto, esse fragmento do “Guia Geográfico” de 1708, se não se sustenta em termos de conhecimento, denuncia a gênese geopolítica da Geografia – percebida pela referência bibliográfica –, como também contribui para o conhecimento da história das ciências. Elaborado em pleno iluminismo, expressa, com tudo, uma filosofia medieval sob a égide da Inquisição da Santa Igreja. Por outro lado, esse Guia é provocativo, no sentido de que nos induz à reflexão de que fazer ciência é eliminar progressivamente o erro.

Nossa intenção neste texto não é de falar de ciência em geral e nem da Geografia em particular. É muito mais limitada. Queremos apontar alguns pontos de uma pesquisa sobre a relação entre agricultura e urbanização que, no seu desenrolar e, pela própria

(*) – Breve Descripcion Del Mundo ó Guia Geografico; El General de Batalha, Don Sebastian Fernandez Medrado, Diretor de la Academia Real Y Militar Exercito de los Payses Baixos, pag. 10. Em Amberes, MDCCVIII, por Henrico y Cornelio Verdussen, Mercadores de Livros.

prática da pesquisa, recolocou questões metodológicas da Geografia.

Através desta pesquisa descobrimos propostas teóricas que aplicadas à realidade se mostraram mais explicativas que muitas das formulações anteriores. Queremos salientar que preferimos falar na relação entre agricultura e urbanização e não, na tradicional relação cidade campo, porque entendemos a cidade como forma do urbano e o campo como a paisagem da agricultura. Como estamos voltados para a análise de processos e de relações, preferimos nos referir à relação entre agricultura e urbanização.

Pensamos que ao tentar discutir essa relação, restituindo os liames tecidos pelo processo histórico de desenvolvimento, possamos contribuir para a compreensão do processo de produção do espaço.

A importância de se discutir essa relação decorre do fato de que a reprodução do capital no campo não pode prescindir da existência da cidade. Neste sentido, entendemos a cidade como materialização das condições gerais de produção e consumo historicamente determinadas. Com relação à determinação histórica da cidade, esta não se restringe a essa materialização, pois é também conformada pelas relações sociais de produção dominantes e pela sua inserção na divisão territorial do trabalho.

Como havíamos apontado, na análise das cidades do interior, Jardinópolis havia nos chamado atenção. É importante salientarmos que outras cidades poderiam compor o quadro de análise. Acreditamos, porém, que a análise particularizada de um lugar, não como uma monografia e nem como um exemplo de mecanismos gerais, pode nos remeter a apreensão de conexões essenciais na discussão entre agricultura e urbanização. Mas, o que vem a ser essa análise particularizada do lugar?

Inicialmente é importante dizermos que a primeira referência em Geografia é o lugar. Nele, se condensam os processos sociais e os de ordem natural. O lugar se constitui no nosso ponto de partida e sua materialidade é objeto de primeira decomposição, enquanto que os fluxos no espaço são de outra natu-

reza pois sua concretude só pode ser apreendida em dois pontos: no de partida e no de chegada e, nem sempre, são possíveis de uma distinção dicotômica.

O lugar não é um pedaço menor do espaço; não se trata de uma questão de escala, trata-se de entendê-lo como a referência que nos debruçamos para que possamos tecer considerações acerca do espaço. Outras ciências procuram entender o espaço mas se utilizam de outras evidências. A análise geográfica do espaço é que toma como referência o lugar, por isso é que quando pensamos um problema o vinculamos a um lugar, quando não tomamos até o lugar como o problema a ser resolvido. Neste último caso é comum nos questionarmos sobre a questão que estamos estudando quando entendemos a princípio que nosso objeto de estudo é determinado lugar.

A partir do estudo do lugar é que procedemos à análise geográfica do espaço. Por isso não entendemos que haja espaço geográfico ou espaço econômico como dois exemplos entre muitos que poderíamos citar. A análise é que pode ser, neste exemplo, econômica ou geográfica.

Essas reflexões emanaram durante a pesquisa que elaboramos e o entendimento dessa categoria da análise – o lugar – nos possibilitou desvendar o infinito, não a partir do universo na sua generalidade mas, a partir do particular na sua universalidade.

Isto não significa dizer que a referência tomada – Jardinópolis – se constitua num exemplo da relação entre agricultura e urbanização. Se assim o fosse estaríamos fazendo um caminho inverso do qual pretendíamos na medida em que estaríamos entendendo Jardinópolis como apenas uma manifestação localizada do movimento e das tendências gerais do processo de desenvolvimento capitalista e suas implicações na relação entre agricultura e urbanização, descartando o que parece fundamental, que é a procura das diversas particularidades na qual as tendências gerais se manifestam.

Por outro lado é importante salientarmos que o requacionamento do lugar como categoria de análise do espaço, se diferencia não só das investigações que tomam os municípios como exemplos de processos gerais, como também das monografias, quer de cida-

des, quer zonas rurais que esgotam suas análises no âmbito restrito de uma circunscrição pré-estabelecida.

Jardinópolis, enquanto lugar, é único em si mesmo mas, também, semelhante a outros tantos municípios. Em outras palavras, é no centro de Jardinópolis e, em nenhuma outra cidade, que está a rua Domiciano Alves Rezende. Era, também, da rua do Porto, atual Visconde do Rio Branco, que se alcançava as canoas que se dirigiam para Ribeirão Preto no final do século XIX. Todavia, Jardinópolis é também semelhante a tantas outras cidades que passaram por processos de desenvolvimento semelhantes, embora cada uma delas seja particular em si mesma. Neste sentido é que a partir da análise de um único lugar podemos perceber relações reais mais gerais.

A CIDADE COMO MATERIALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL

A Pequena Cidade na Economia Cafeeira

Primeiramente nos perguntamos porque da construção daquela cidade num determinado momento histórico. Porque havia se tornado necessária a cidade para a produção em geral.

Embora cidades tenham existido sem o capital, o capital, no entanto, não prescinde de cidades. Enquanto aquele lugar se organizou basicamente numa economia de subsistência participando secundariamente de uma economia de mercado, pode prescindir da cidade mas, quando se incorporou diretamente na esfera da reprodução do capital através da produção cafeeira, se determinou, então, a existência da cidade como materialização de condições gerais que se faziam necessárias para o funcionamento da economia cafeeira.

Até então, Jardinópolis havia sido uma freguesia denominada Ilha Grande e pertencia a Batatais. Só em 1876, em homenagem ao republicano Silva Jardim, que havia recentemente falecido em queda acidental na cratera do vulcão Vesúvio, é que o lugar passou a se denominar Jardinópolis. Sua história vincula-se ao caminho dos bandeirantes, denominado de Estrada do Sal que ligava a cidade de São Paulo ao

Planalto Central por onde passaram, durante séculos, diversos fluxos de paulistas e mineiros.

Mas, foi com a onda verde dos cafezais que esse lugar efetivamente se transfigurou, deitando por terra a mata tropical e historicizando as condições naturais. Durante dias, na estação seca, o fogo queimando denunciava a derrubada da mata. Transformava-se, como nunca havia aí ocorrido, a terra matéria em objeto e meio de trabalho. Enquanto recurso natural, a natureza conformava-se nas relações sociais de produção. O cafeeiro, enquanto meio de trabalho, funcionava como uma espécie de capital fixo, não porque fosse uma planta perene que frutificava inúmeras vezes a partir de uma só semente mas, porque parte de seu valor incorporado na sua produção perdurava na sua forma material e se transferia sucessivamente aos seus frutos. Daí que, como elemento historicizado da natureza, o cafeeiro constituía-se como elemento que funcionava como capital produtivo, em aparente contraposição com outros recursos naturais como por exemplo, a aroeira e o pau d'alho, elementos constituintes da originária mata tropical latifoliada, frutos de um processo exclusivamente da natureza. As fazendas de café se formavam através do trabalho e o produto agrícola não significava o resultado de uma ação exclusiva da natureza.

Com a expansão dos cafezais a natureza historicizada conformava-se no arcabouço de toda riqueza produzida pelo trabalho incorporado à terra. A terra, como condição de trabalho, separada do trabalhador reiterava o crivo da propriedade privada. Os antigos posseiros eram destocados da terra como madeira-de-lei; aquele que chegava não via gente mas sentia donos. Personificava-se o grileiro falsificando firmas, papéis, subordinando as autoridades e remunerando os jagunços na luta contra os posseiros mais resistentes. A mercantilização da propriedade da terra transformava-a em negócio para o grileiro, em renda capitalizada para o proprietário e na impossibilidade de acesso à terra para o homem livre despossuído.

A riqueza era o café e o trabalhador era fundamentalmente o colono. Aos imigrantes a propriedade privada da terra era lhes apresentada como projeto de vida embora concretamente tenha ficado mais como uma miragem proveniente do suor nas enxadas, do que como sonho realizado.

A reprodução do capital sob o colonato significava que embora o capital não se pusesse em confronto direto com o trabalho, o capital organizava, contudo, o trabalho, produzindo relações de produção não capitalistas. Assim, o processo de trabalho era organizado com uma jornada de trabalho que compreendia o trato do cafezal e o trabalho destinado a garantir diretamente a produção de alguns gêneros alimentares – milho, arroz, feijão, por exemplo – que constituíam a roça do colono, a qual geralmente era feita, muitas vezes, entre os pés de café. Isto permitia, do ponto de vista do trabalhador, a possibilidade de produzir um excedente que ele procurava comercializar aumentando suas rendas e, do ponto de vista do fazendeiro, uma economia no dispêndio de gastos monetários na medida em que parte da reprodução do trabalhador era garantida, também, por outro montante adicional de trabalho do próprio colono que não remunerado pelo proprietário.

Esse trabalhador, desprovido da propriedade da terra, ao cultivar uma terra que aparentemente era uma concessão feita pelo fazendeiro, estava, de fato, se sujeitando a um processo espoliativo onde o preço do aluguel da terra que ele utilizava no plantio de suas roças, não era pago monetariamente como renda-dinheiro mas, como renda-trabalho.

A compra das culturas de roça do colono e a venda a esses, de mercadorias que não produziam, constituíam por parte do fazendeiro num mecanismo adicional de exploração do colono que sempre resultava na redução do custo da produção cafeeira. Esses mecanismos de redução dos custos não eram desprezados pelos fazendeiros de café na medida em que o funcionamento da economia cafeeira os fazia depender constantemente de créditos e financiamentos junto aos bancos e casas comissárias e exportadoras, fazendo-os repassar aos trabalhadores, na medida do possível, o ônus de sua própria subordinação.

O excedente da roça do colono fazia parte de um mercado interno que, se comparado com a comercialização do café enquanto produto de exportação, era de pequena expressão. Contudo, esse circuito comercial, menor, constituía-se numa economia de sustentação da cafeicultura e era significativo na montagem das relações que se davam na urbanização interiorana.

No mar verde escuro dos cafezais, davam um novo colorido na paisagem, o casario das colônias que se fragmentavam dentro das propriedades rurais, por entre caminhos empoeirados ou enlameados atravessados pelos chiados característicos das carroças. A casa do fazendeiro isolava-se num jardim e num pomar; as estrebarias, os estábulos, os abrigos para as carroças, os terrenos para a secagem do café, as tulas, os paióis, as máquinas de beneficiamento, as pequenas engenhocas e moinhos de fubá formavam um mundo onde o soar de um sino regulava o trabalho e o descanso dos colonos. O vozerio no final da jornada de trabalho era sufocado pelo apito do trem.

A construção de uma estrada de ferro significava que aqueles capitais que haviam se associado para sua promoção teriam o direito de usufruírem da propriedade da terra ao longo de 30 Kms. de cada lado dos trilhos e, assim, os construtores garantiam-se como grandes especuladores de terras.

As ferrovias deixavam a mercadoria no porto de Santos introduzindo a produção cafeeira do interior paulista no mercado mundial do café. A mobilidade proporcionada pelos trilhos na cafeicultura aproximava os espaços e interligava os vários aglomerados urbanos do interior colocando em comunicação a população dispersa.

Espraiavam-se os cafezais e os trilhos de ferro rasgavam a paisagem. Pontuavam-se cidades. Estas cidades significavam um dos pontos de afluxo para o embarque do café, significavam uma instância do poder político dos fazendeiros e, representavam, também, mercado onde eram comercializados os produtos que vinham de fora para atender o consumo de alguns itens do trabalhador livre e mercado, também, para os produtos agrícolas produzidos pelos colonos.

A cidade tornava-se fundamental para a cafeicultura baseada no trabalho livre. Alí algumas máquinas de beneficiamento se concentravam completando os equipamentos que se dispersavam pelas fazendas; pequenas indústrias, como as alimentares e as ligadas à produção de meios de transportes de tração animal, como as selarias, as de carrocerias, aglomeravam-se na cidade. A cidade crescia, prédios iam sendo construídos; pela vaga cafeeira e para sua sustentação, estações de ferro, oficinas, hotéis, lojas

comerciais e de serviços, escolas, hospitais, postos de correio e a administração pública se aglomeravam materializando-se na cidade.

Junto à estação localizavam-se os armazéns de café e cereais, os depósitos de combustíveis, os estabelecimentos de beneficiamento, o pequeno comércio, as casas de serviços, hotéis e pensões voltados para o atendimento dos usuários da ferrovia, sobretudo os viajantes e representantes comerciais. Em geral, à frente, havia um largo que era denominado popularmente de “Largo da Estação”. Na estação a população da cidade fa esperam o trem, ver os que chegavam e que partiam, receber os jornais da capital e saber notícia de fora.

A urbanização da vida não só fazia com que se organizassem grupos de arte e teatro que animavam as noites da cidade, como também atraía as companhias teatrais que se apresentavam na vizinha cidade de Ribeirão Preto.

Num cenário de muitos imigrantes, mesmo que só poucos fossem comerciantes e fazendeiros, havia espaço para a cultura européia. O Theatro Mafalda foi inaugurado em 1912, o Theatro Apollo, de 1915, apresentou naquele ano 9 peças em língua estrangeira, 26 em português, além de 4 concertos. Em 1920 chegou a fazer 60 apresentações. O Theatro Eclair construído em 1916, apresentou a terça parte de suas peças em língua estrangeira, 8 em português, 3 concertos e uma ópera lírica. Já na primeira década do século, eram freqüentes as idas ao Theatro Alfonso com 555 lugares, ao Theatro São José Carducci, com 250 lugares, onde as óperas, operetas, tragédias, comédias e projeções cinematográficas eram apresentadas. (1)

Vários jornais eram editados: “O Eccho” e “O Trabalho” de 1901; “A República”, de 1915; “O Jardimópolis” de 1907; “O Oriente” e “O Correio da Semana”, de 1915 – sendo este último o único jornal que permaneceu por mais tempo, até 1945. A cidade enchia-se de gente nas noites de fim de semana. O namoro, o “flerte” na praça e a retreta esvaziavam as casas. (1)

Morar na cidade significava, muitas vezes, fazer-se presente no cenário político local. O poder

privado dos fazendeiros locais pouco a pouco foi ganhando foros de poder público, confundindo as autoridades municipais com os fazendeiros ricos da cidade. O “coronel” personificava a figura do político nos municípios interioranos mas, ao mesmo tempo que esse poder se afirmava, gestou-se uma transformação lenta da agricultura que implicou na redução de sua importância e na transformação da cidade.

O burburinho das pessoas, os passos do ir e vir nas caminhadas e o apito do trem aos poucos passavam a ressoar esmorecidamente na paisagem. Hoje, quando observamos o “Largo da Estação”, o ramal desativado e o abandono da estação de ferro, o ar parado como o de cenas fantasmagóricas, fazem ficar tão distante os tempos de um passado recente que torna difícil dimensionarmos aquela vida de então.

A Diversificação da Agricultura e a Nova Relação com a cidade

A perda da hegemonia da cafeicultura e o esfriamento da vida urbana manifestaram uma nova relação entre agricultura e urbanização.

Nas sucessivas crises da cafeicultura havia se gestado um avanço no processo de industrialização e uma reordenação da agricultura paulista. Diversificava-se a agricultura voltada para o mercado externo ao mesmo tempo que eram colocadas novas exigências em matéria prima agrícola para a industrialização que, desde o encilhamento, no final do século passado, tinha um fluxo concentrador na cidade de São Paulo. Redefinia-se a agricultura paulista significando também crescimento na produção comercial de produtos alimentares voltados fundamentalmente para a população que se urbanizava.

Essa diversificação na produção agrícola significava também uma nova divisão territorial da produção. Esse novo reordenamento da agricultura paulista levou a uma nova inserção de Jardimópolis na divisão territorial do trabalho. Significou a introdução do cultivo do algodão e a expansão da criação de gado.

Alteravam-se as relações de produção no campo. A mediação do dinheiro se tornara mais presente. Para o trabalhador era mais transparente o pagamento

da renda da terra que passava a ser cada vez mais paga em produto e a exploração lhe aparecia mais límpida a seus olhos. O proprietário da terra não mais cedia a terra ao trabalhador e o trabalhador via o produto do seu trabalho ser dividido entre ele e o proprietário da terra. Isto acabou por significar o crescimento das necessidades a serem satisfeitas no mercado e, conseqüentemente, uma progressiva alienação do trabalhador na medida em que o trabalho passava a ser cada vez menos, uma satisfação de necessidades, para ser cada vez mais, um meio de satisfazê-las.

A produção de café tornara-se declinante, muitos cafezais foram irradiados. Até os anos 50, a pequena produção de café de Jardinópolis era proveniente, sobretudo, de alguns cafezais, ainda plantados no final do século passado.

A crescente industrialização, significando diversidade e concentração das atividades urbanas, implicava no desenvolvimento de fluxos comerciais e no crescimento de algumas cidades, ao mesmo tempo em que aglomerações que não se beneficiavam desse processo, como Jardinópolis, sofriam um esvaziamento populacional, econômico e político evidenciado no esmorecimento da cidade.

Recriaram-se diferenciações urbanas que, dado aos mecanismos de complementariedade, aproximavam mais as cidades e, nesta medida, os meios de circulação material redefiniram-se. Estradas de rodagem se impuseram aos trilhos de ferro. O comércio ativo, as oficinas voltadas para os reparos nos instrumentos agrícolas e as pequenas indústrias espalhadas pelo interior não subsistiram face aos mecanismos de centralização e concentração do capital nos centros maiores. Dos investimentos feitos no cafezal e nos equipamentos urbanos, a cidade perpetuava-se esvaziando-se de riqueza e trabalho. Aquelas condições gerais de produção pela cafeicultura que haviam se materializado na cidade, não se renovaram. Do mesmo modo que os antigos pés de café continuavam a produzir, do mesmo modo utilizava-se dos equipamentos urbanos que haviam sido anteriormente aglomerados nas cidades. Persistiam os mesmos cafezais e a mesma cidade.

A Capitalização da Agricultura e a Interiorização da Periferia

A letargia da cidade se rompeu com a intensificação do capital nas atividades agrícolas. A utilização crescente da maquinaria, o uso massivo de fertilizantes químicos no trato das culturas e a compra dos produtos agrícolas pelas indústrias transformaram a agricultura em um ramo industrial.

A estrutura fundiária de Jardinópolis se alterou muito pouco mas, houve uma profunda modificação no uso da terra. Longe vão-se os dias da paisagem do café. Em 1980 o número de cafeeiros em produção era 93% menor que os dos anos 1935/36. Aquela diversificação de culturas que se sucedeu à fase cafeeira tomou um sentido cada vez maior de afirmação das culturas temporárias. A soja, e sobretudo a cana são os novos produtos de uma agricultura que se industrializa. (3) (4).

O uso do álcool destilado de cana-de-açúcar como combustível, aliado à forte integração entre agricultura e indústria neste caso, fez com que outros municípios cedessem lugar aos canaviais e às usinas. Nas últimas décadas, a política econômica mantendo a agricultura como geradora de excedentes de recursos a serem transferidas às atividades industriais, condicionou a dinâmica agrícola à necessidade de créditos e financiamentos, na medida em que tal política a descapitalizava.

A institucionalização do PROÁLCOOL – Programa Nacional do Álcool – enquanto alternativa energética, constituiu-se num setor privilegiado, significando menor recurso para as demais atividades agrárias, notadamente para a produção de alimentos para o mercado interno. São Paulo passou a expandir canaviais nas melhores terras em detrimento das culturas alimentares, a afirmar a grande propriedade da terra, a garantir até mesmo o ganho dos agricultores ausentes que arredam suas terras – em média 60 toneladas de cana por alqueire alugado – e a comprometer seus recursos hídricos decorrentes dos poluentes lançados pelas usinas. As inúmeras destilarias de álcool e usinas de açúcar que pipocaram no Estado nas últimas décadas, fizeram com que a região de Ri-

beirão Preto fosse responsável por cerca de 35% da produção nacional de açúcar e álcool nos últimos anos.

Não são só as vantagens creditícias que contam, nem a garantia de venda de toda a produção. Os frequentes acordos entre usineiros e governo têm procurado garantir, também de outras formas, sobrelucros ao setor. Haja visto, por exemplo, a circular nº 913 do Banco Central onde toda a sociedade arcará com 235,7 bilhões de cruzeiros que o governo canalizará para capitalizar os encargos financeiros dos financiamentos obtidos pelas destilarias de álcool. Por decreto, socializou-se os prejuízos na manutenção de um negócio privado sem risco.

A correção monetária de 1983 e 1984 que deveria ser paga por aqueles que obtiveram empréstimos, não só poderá ser incluída na dívida total, como poderá ser paga parceladamente. Os usineiros poderão pagar, pelos financiamentos, uma correção monetária de apenas 45% ou 50% – dependendo da região – mais juros de 5%. Uma correção monetária de cerca de 50% numa economia inflacionária de 200 a 300% ao ano significa que alguém está pagando essa diferença.

Em 1980, foi instalada no município de Jardinópolis, uma usina de álcool, empreendimento que associou capitais locais e de fora e que contou com isenções fiscais da Prefeitura. A produção da cana em Jardinópolis, contudo, ultrapassa à capacidade de absorção desta usina. A promoção dos canaviais não responde, no entanto, a um sentido local mas, sim, regional. Usineiros do município vizinho de Sertãozinho compram terras e fazem contratos de cultivo de cana-de-açúcar com os agricultores locais procurando elevar a capacidade de produção de suas usinas.

Além da expansão da cana-de-açúcar, a soja, introduzida nos meados dos anos 60 na região, é responsável por cerca de 1/3 dos hectares cultivados com as principais culturas. (4) Como a cana, a soja conta com subsídios governamentais como parte importante na sustentação da indústria de defensivos químicos, corretivos e fertilizantes, como também da indústria de implementos agrícolas. Bastante subsidiado também, na região, é a produção de algodão voltada para as indústrias alimentares; tradicional em

si mesma mas, modificada em seu destino, deixando longe o endereçamento às indústrias têxteis para se dirigir, sobretudo, à produção de óleos comestíveis.

A crescente produção de frutas tropicais destina-se igualmente ao mercado urbano-industrial. Quase 1/4 da produção de mangas do Estado de São Paulo provém da região de Ribeirão Preto e, no caso, de Jardinópolis que produz cerca de 90% das mangas da região. Não são os 18,7% de hectares com mangas os únicos responsáveis pela grande produção. Mangueçais, mangueiras de fundo de quintal da região de Santa Fé, Pereira Barreto, Castilho, São José do Rio Preto e até mesmo dos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Bahia; de diferentes tipos, como a coração de boi, bourbon, pavão, haden, manga-espada, manga-rosa e comum, suprem a safra de Jardinópolis. (5)

Através do fruteiro, aquele que possui barracão de frutas e caminhões, quase sempre também um produtor, as mangas chegam verdes dos distintos lugares e partem como sendo manga de Jardinópolis. Em geral, um motorista e mais dois empregados procedem a compra e a colheita dos frutos.

Colocada a granel na estufa por 36 horas – salvo as que irão ser exportadas – processa-se o selecionamento que a cada dia está mais mecanizado e se faz a embalagem, fazendo a “boca bonita”; ou seja colocando os melhores frutos por cima, quando então é transportada para São Paulo para serem comercializados.

A soja, a cana e o alhoão fizeram com que as culturas de arroz, feijão e milho se deslocassem em direção à Goiás e Mato Grosso do Sul. Aquelas roças de arroz, feijão e milho, associadas a outras culturas tornaram-se quase que inexpressivas. A roça intercalar não é mais possível numa agricultura racionalizada pelo capital, pois as culturas intercalares impossibilitam o trânsito de máquinas. O arroz e o feijão, por exemplo, plantados junto aos cafeeiros impossibilitam a capina mecânica. A elevação da composição orgânica do capital no campo concorreu para a diminuição da força de trabalho empregada na agricultura e para a proletarização do trabalhador rural, quer vinculado ao regime de trabalho permanente ou temporário.

A ilusão da vida na cidade e a inserção ao trabalho urbano, a cada ano é menor. Ocupado na fana do corte de cana, todos os anos os trabalhadores vêem a vida de fome, trabalho e miséria se repetir. Para comprarem um quilo de feijão necessitam colher cerca de duas toneladas de cana por dia, significando uma jornada de trabalho de 10 horas ou mais, além do tempo gasto da cidade à lavoura, nos caminhões, sujeitando-se a acidentes para chegarem a ter dois salários mínimos no final do mês.

Na safra de 1984, os usineiros procuraram ganhar, em relação ao trabalho, em duas pontas: pagando menos – em termos relativos – que na safra anterior e, modificando o “sistema de ruas”. Quando os trabalhadores procedem ao corte de cana a cada cinco ruas de cana amontoam a cana colhida para serem apanhadas pelas carregadeiras que a leva à usina. A alteração no sistema de ruas significava que não mais a cada cinco ruas os cortadores deveriam depositar a cana mas, a cada sete ruas. Isso traduzia-se num ganho adicional para o usineiro na medida em que poupava máquina e combustível das carregadeiras pois, a cada quatro montes, ganhava-se um, mas também significava um ônus para o trabalhador. A produtividade de cada trabalhador ficava comprometida pois ele deveria andar mais para depositar a cana cortada e, como sua remuneração é feita segundo a quantidade de cana colhida, havia uma perda no seu ganho.

Havia chegado o limite. Greves pipocaram nos canaviais do Estado: Guariba, Bebedouro, Andradiana, Monte Alto, Sertãozinho, Santa Rosa do Viterbo, Barretos... O estopim foi dado pelas condições urbanas quando em Guariba os trabalhadores se revoltaram contra o aumento da taxa de água incendiando o prédio da SABESP – Empresa de Saneamento do Estado de São Paulo – em protesto aos altos preços da água, significando que ao não conseguirem sequer pagar a água das torneiras, muito menos poderiam pagar o custo dos alimentos.

Saques, mortes, dezenas de feridos, espancamentos, tiros, casas invandidas, comércio e escolas fechadas eram o cenário da cidade. Tornaram-se necessárias negociações; o direito de lutarem pelo preço de venda de sua força de trabalho foi reconhecido. Voltou-se ao sistema de cinco ruas e estipulou-se novo preço para a tonelada de cada cortada. Procurou-

se estender os benefícios alcançados pelos trabalhadores de Guariba para os demais trabalhadores do Estado de São Paulo.

A intensificação do capital no campo significando a urbanização da reprodução da força de trabalho rural, transfigurou o município de Jardinópolis fazendo com que a cidade saísse daquela letargia dos anos quarenta. Redefiniu-se a demanda de mercadorias para o consumo do trabalhador, ao mesmo tempo em que se desenvolveu a comercialização de cereais, sementes de capim e adubos químicos, evidenciando a substancialização da cidade frente às novas condições gerais da produção agrícola.

Na cidade, os armazéns perderam aquela fisionomia interiorana onde eram vendidos desde chapéus, pirulitos, chupetas, mantimentos, panelas e enxadas dispostos pelo chão, portas e calçadas. Pequenas vendas chamadas de supermercados repetem as prateleiras e caixas registradoras dos supermercados das grandes cidades. O pouco movimento comercial caracteriza o lugar com suas ruas vazias com exceção da manhã de domingo quando os moradores do campo e os trabalhadores rurais e urbanos da cidade levam ao Centro um intenso burburinho provocado pela movimentação das compras. São carroças, carros, caminhões, caminhonetas e pedestres que se cruzam fazendo trepidar a quietude do lugar.

Todos buscam, em maior ou menor grau, o comércio local. Desde fazendeiros a bóias-frias, segundo as possibilidades de consumo de cada um. Aqueles habitantes de Jardinópolis mais privilegiados extrapolam o âmbito local de consumo dirigindo-se, pelo menos, até Ribeirão Preto, para satisfação de bens e necessidades.

Na cidade, há um abre e fecha de portas dos estabelecimentos comerciais, de serviços e indústrias denunciando a fragilidade do capital nas atividades urbanas. Muitas indústrias operam com mão de obra familiar ligada até mesmo diretamente à produção. Muitas vezes justapõem-se processos desenvolvidos de produção com divisão de trabalho fundada no trabalho coletivo, com o processo de trabalho onde há uma simbiose entre o proprietário dos meios de produção e o trabalhador, fazendo o patrão ser o próprio explorador de si mesmo. Muitos dos chamados esta-

belecimentos industriais aproximam-se da organização de manufaturas, onde a produção estrutura-se em operações parciais com predomínio de técnicas manuais.

O traço marcante desses estabelecimentos é o de ser empresas familiares onde as associações entre parentes são expedientes bastante comuns. De um lado os laços familiares estreitam as relações; de outro, os vínculos espaciais afirmam o caráter restrito destas atividades urbanas. Seja, a nível de consumo de matérias primas, seja a nível do destino do que é produzido.

O modelo de desenvolvimento econômico brasileiro calcado em grandes empresas que controlam os setores mais dinâmicos da economia permite, nos seus interstícios, segmentos subordinados de pequeno capital, como os encontrados na maioria dos estabelecimentos urbanos de Jardinópolis.

Essa urbanização significa, de um lado, a negação das condições de vida caipira e, de outro, a transformação de alguns antigos fazendeiros em verdadeiros empenhedores capitalistas. Esses estacionam nas portas de suas residências os seus tratores, tal qual seus antepassados que arreavam seus cavalos. Tanto nas oficinas da cidade como nas ruas, transitam tratores ao lado de uma grande frota de caminhões de carga referentes à circulação de produtos agrícolas.

Nos arredores da cidade espriam-se novos bairros que, analogicamente às grandes cidades, passaram a se constituírem em verdadeiras periferias urbanas. Esse quadro manifesta a minimização da ruptura campo cidade devido a homogenização que a urbanização imprimiu à reprodução da força de trabalho ao aproximar, inclusive espacialmente, os trabalhadores do campo e da cidade, muito embora simultaneamente produza também mecanismos de segregação.

Nestes últimos vinte anos o espaço construído da cidade praticamente dobrou. Ultrapassando-se a antiga linha de ferro Mogiana criou-se uma nova cidade. Diante de um crescimento de 77%, da população urbana no período entre 1950 e 1960, a Administração Municipal procurou reformular o uso do solo urbano. Em 5 de outubro de 1964, a Lei nº 491

autorizou a doação de terrenos para a edificação da Vila Operária, mais tarde denominada Vila Reis. Alf concentra-se grande parte dos trabalhadores do município. (2) (6)

A vida na Vila Reis é ritmada pela dinâmica da cidade. As fotos de artistas coladas às paredes, o rádio e a televisão são seus lazeres. Bastante solidários entre si e com um nível bastante grande de cooperação conseguem fazer frente às dificuldades de sua sobrevivência. O ganho médio por família corresponde a 61,8% do salário mínimo. No limite da sobrevivência o alcoolismo e a prostituição são bastante elevados. A subnutrição, tuberculose, verminose e anemia são as doenças mais comuns.

Progressivamente, devido ao avanço do assalariamento dos trabalhadores, todo tempo de trabalho passou a ser cada vez mais trabalho para outro. Não só houve o desenvolvimento do consumo individual, como também houve o avanço de formas de consumo socializadas, dizendo respeito ao consumo dos equipamentos coletivos, tais como escolas, hospitais e áreas de lazer. As escolas deixaram o campo. Em 1973 extinguiu-se sete escolas mistas municipais que funcionavam em zona rural por não possuírem alunos suficientes. (7)

As novas condições gerais de produção exigidas pelo campo, significando o crescimento do espaço construído da cidade, exigiram ampliações da rede de iluminação pública, rede de água, pavimentação e controle de tráfico.

O grande crescimento da rede de serviços públicos nestes últimos trinta anos exigiu das finanças públicas municipais uma aplicação de maiores recursos para promoção de uma infra-estrutura básica requerida pelo processo de urbanização. Tornou-se necessário, para viabilizar a industrialização da agricultura, garantindo a reprodução da força de trabalho rural na cidade, promover a expansão dos equipamentos coletivos de consumo.

Em outras palavras, o processo de industrialização da agricultura ao fazer de cidades como Jardinópolis, o locus de reprodução da força de trabalho do campo, acabou por requerer formas de socialização do consumo que necessitam ser satisfeitas pelo poder

público, o qual, no entanto, esbarra com a questão da insuficiência de recursos disponíveis desses municípios. Como conviver com a necessidade da urbanização e a realidade dos poucos recursos municipais?

Essa paisagem urbana modificou-se radicalmente quando a intensificação do capital nas atividades agrárias prevaleceu significando a proletarianização do trabalhador rural. Como decorrência, a relação entre agricultura e urbanização se traduziu na formação de periferias que fazem aproximar essas pequenas cidades da problemática urbana das metrópoles. Isto significa dizer que há uma nova qualidade do urbano que traz na sua essência uma semelhança entre a grande e a pequena cidade quando esta materializa

as condições de produção necessárias ao processo de proletarianização do trabalhador rural. Essa semelhança entre cidades aparentemente tão diferentes diz respeito ao movimento de reprodução do capital, no sentido de expressar uma problemática urbana manifesta em periferias que denunciam pobreza, fruto da contradição entre capital e trabalho.

Na análise histórica da relação entre a agricultura e urbanização a partir do enfoque metodológico do lugar, é que pudemos entender o processo de urbanização de muitas cidades do interior paulista, discutindo a problemática urbana a partir da pequena cidade, muitas vezes pouco priorizada nos estudos urbanos.

FONTES DE DADOS OFICIAIS E JORNAIS CITADOS

- (1) Anuário Estatístico do Estado de São Paulo. Repartição de Estatística e do Arquivo de São Paulo. São Paulo, Typografia do Diário Oficial.
- (2) Censo Demográfico, 1940 – 1980 – FIBGE.
- (3) Estatística Agrícola e Zootécnica. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1930 – 1938.
- (4) Censo Agropecuário, 1940 – 1980 – FIBGE.
- (5) Produção Municipal, 1980 – FIBGE – DEGE/SP, SERDIB/SEDEB.
- (6) Prefeitura Municipal de Jardinópolis.
- (7) Jornal “A Cidade de Jardinópolis”, 4 de março de 1973.